

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº6 outubro/2020

OTPP

**Boletim de
Políticas Públicas
Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (OIPP)**

Conselho editorial

Agnaldo Valentin

Alexandre Ribeiro Leichsenring

André Gal Mountian

Cristiane Kerches da Silva Leite

Graziela Serroni Perosa

José Carlos Vaz

Ursula Dias Peres

Valeria Barbosa de Magalhaes

Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

Contato

E-mail: boletimoipp@gmail.com

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



Regras de submissão

O Boletim de Políticas Públicas do OIPP terá periodicidade mensal e receberá artigos acadêmicos curtos para ampla divulgação entre acadêmicos e profissionais do Campo de Públicas no Brasil. Os artigos podem ser resumos de resultados de pesquisa, análise de conjuntura, resenhas de livros, estudos de caso, em linguagem destinada a fomentar o debate sobre políticas públicas e gestão governamental. Apresentação de resultados de iniciação científica e monografia também são bem-vindos.

a. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos de até 10 mil caracteres (com espaço), considerando todos os elementos do texto (gráficos, tabelas e referências bibliográficas).

b. Os artigos devem ser enviados com o(s) nome(s) dos(as) autores(as) e filiação institucional.

c. O comitê editorial do Boletim de Políticas Públicas do OIPP reserva-se o direito de decidir sobre a aceitação do artigo.

d. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP publicará um número limitado de artigos por número. Artigos aceitos não necessariamente serão publicados no mês de envio, podendo sair em números posteriores.

e. Artigos que são produto de pesquisa em nível de graduação devem ser submetidos em coautoria com docente.

f. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos em fluxo contínuo.

g. Não haverá qualquer tipo de remuneração para os autores dos artigos.

h. Serão aceitos artigos em português, inglês e espanhol.

i. Os artigos em português devem seguir padrão ABNT.

j. As referências bibliográficas devem ser inseridas ao final do texto no padrão ABNT e devem listar apenas as obras citadas no texto.

k. Os artigos devem ser enviados em formato eletrônico .doc, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5.

Sumário

Análise de Conjuntura

Efeitos da pandemia sobre as empresas no Brasil.....1

*Letícia Figueiredo Collado, Marcelo Nakamura Saito, Carla Graciane dos Santos,
Agnaldo Valentin, André Gal Mountian*

Pesquisas em Políticas Públicas

Raça e gênero nas eleições brasileiras: uma análise sobre a corrida eleitoral de 2018.....13

Beatriz Mendes Chaves, Wagner Pralon Mancuso

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

Invisibilidades: suicídio de pessoas *trans* e políticas públicas25

Elizabete Franco Cruz

Um panorama das desigualdades contemporâneas do Brasil a partir da leitura crítica de Wright Mills.....35

Sofia Sodré, Jorge Machado

Análise de Conjuntura

Efeitos da pandemia sobre as empresas no Brasil

Letícia Figueiredo Collado¹, Marcelo Nakamura Saito², Carla Graciane dos Santos³, Agnaldo Valentin⁴, André Gal Mountian⁵

Introdução

Este é o quinto de uma série de artigos de conjuntura sobre a crise sanitária do Coronavírus. Nas edições anteriores, foram explorados os dados sobre mercado de trabalho e saúde da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e denominada PNAD COVID19, assim como os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) sobre a evolução do trabalho formal.

Neste artigo foram utilizados os dados da Pesquisa PULSO Empresa do IBGE, que investigou empresas não financeiras representativas dos setores de Indústria, Construção, Comércio e Serviços. O método de coleta é a CATI - Entrevista por telefone assistida por computador pesquisa, e os dados são uma amostragem probabilística seguindo o âmbito da Pesquisa Industrial Anual – PIA, Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC, Pesquisa Anual do Comércio – PAC e Pesquisa Anual de Serviços

¹ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP).

² Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

³ Discente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP).

⁴ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP) e do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP).

⁵ Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP) e pesquisador do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP) e do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP).

– PAS. O cadastro para seleção é a união dos Cadastros Básicos de Seleção das quatro pesquisas citadas, extraídos do CEMPRE - Cadastro Central de Empresas, totalizando 4.076.130 empresas. Os Microempreendedores Individuais (MEIs) não estão incluídos, devido à não obrigatoriedade do cadastro destes nos registros administrativos do extinto Ministério do Trabalho, atual Ministério da Economia.

Em cada edição, foram entrevistadas 2.158 empresas, em média, sendo que na primeira quinzena 52,3% dos respondentes eram de pequeno porte (até 49 funcionários), 32,8% de médio (entre 50 e 499 funcionários) e 14,8% de grande porte (500 ou mais funcionários). Essa proporção apresenta mudança ao longo do período de pesquisa e, na última quinzena, a composição dos respondentes passou a ser de 43,1% de empresas de pequeno porte, 38,5% de médio e 18,4% de grande porte (IBGE, 2020).

Já encerrada, cobriu o período de junho a agosto com frequência quinzenal. O escopo da pesquisa buscou compreender o impacto da pandemia nas empresas brasileiras sobre: a comercialização de seus serviços e produtos; a capacidade produtiva; condições de acesso à fornecedores; capacidade de realizar pagamentos de salários; número de funcionários; medidas adotadas em relação à pandemia; encerramento de empresas e suas causas; e acesso à crédito e postergamento de pagamentos de tributos auxiliados ou não pelo governo.

Impactos gerais

A pesquisa revelou um crescimento no número total de empresas, como pode se observar no Gráfico 1, abaixo; destacam-se as empresas de pequeno porte, que registraram aumento de

659,8 mil empresas, um crescimento de 24,3% no período observado, entre as empresas de médio porte o aumento foi de 4,19%, e empresas de grande porte o aumento foi de cerca de 2%. É possível que o aumento possa ser explicado pela migração para o trabalho autônomo, resultado do aumento do desemprego e da queda da formalização em meio às condições de isolamento e redução de atividade econômica, como demonstrado nos artigos anteriores desta série.

Gráfico 1. Total de empresas em funcionamento por faixas de pessoal ocupado (em mil empresas) (junho-agosto).



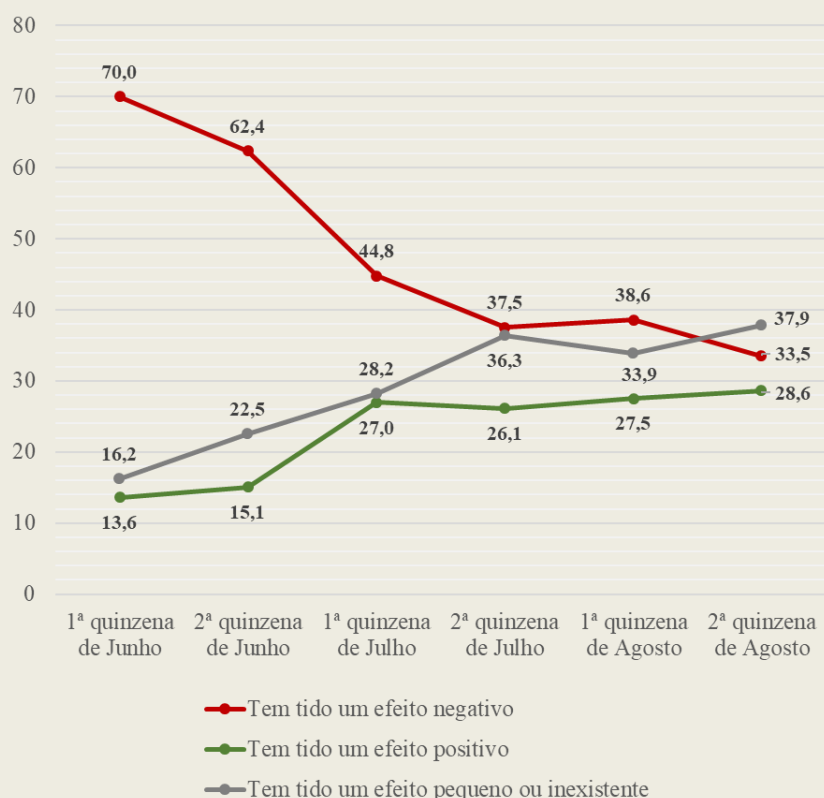
Fonte: IBGE (2020)

O aumento no total de empresas, entretanto, apresenta disparidades quando observado da perspectiva regional. No período entre a primeira e a segunda quinzenas de agosto, a região Norte destaca-se por apresentar taxa de crescimento negativa (-4,1%), divergindo em grande medida das regiões Sudeste e Sul, que apresentam taxas de crescimento de 10,5% e 10,8%, respectivamente. É possível apontar ainda, no que diz respeito aos tipos de atividades realizadas, que o aumento no contingente de empresas que atuam no comércio varejista destoa do restante entre as duas quinzenas do mês de agosto, apresentando uma taxa de crescimento de 21,7%. No mesmo período, a segunda maior taxa de crescimento é a do contingente de empresas que atuam com serviços de comunicação e informação, 14,4%, enquanto os grupos de empresas que atuam com serviços prestados às famílias e com comércio de veículos, peças e motocicletas são os únicos que apresentam queda, com uma taxa de -1,4% e -0,8%, respectivamente.

A percepção geral das empresas sobre os efeitos da pandemia apresentou rápida melhora, sobretudo nas quatro primeiras quinzenas da pesquisa, seguidas de uma relativa estabilidade nas duas quinzenas seguintes, conforme ilustrado no Gráfico 2. Na primeira quinzena de junho, em relação ao início da pandemia, 70% das empresas avaliaram um efeito negativo da pandemia sobre os negócios, enquanto na segunda quinzena de agosto esse número foi de apenas 33,5%. No entanto, essa mudança verifica-se de forma mais acentuada entre empresas de grande e médio porte do que entre empresas de pequeno porte; dentre as primeiras, 23,8% e 22,8%, respectivamente, declararam efeito negativo da pandemia na última quinzena de agosto, enquanto

33,7% das empresas de pequeno porte declararam efeito negativo no mesmo período. Entre as empresas que perceberam efeito pequeno ou inexistente, a taxa variou de 16,2% a 37,9%, entre a primeira e a última quinzena. Por fim, as que perceberam um efeito positivo variaram de 13,6% a 28,6%.

Gráfico 2. Percepção das empresas sobre o efeito da pandemia (% de empresas) (junho-agosto)

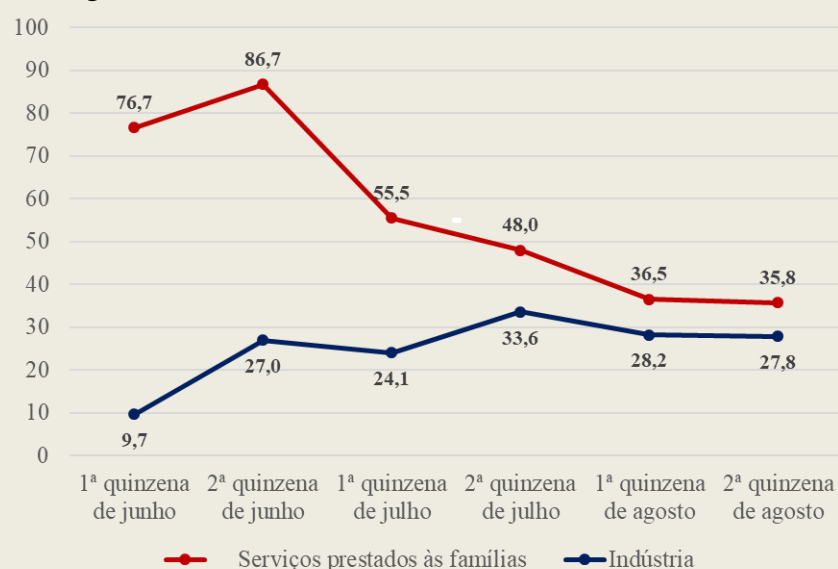


Fonte: IBGE (2020)

Setores mais sensíveis aos impactos do isolamento social, como os que prestam serviços às famílias, no qual se enquadram hotéis, restaurantes e bares, apresentaram até 86,7% de percepção negativa na segunda quinzena de junho, caindo para 35,8% ao fim de agosto. É possível que a queda seja, em parte, reflexo do recebimento do Auxílio Emergencial pelas famílias, que tem

efeito sobre seu nível de consumo de bens e serviços. Já a indústria teve percepção inversa. Na primeira quinzena, registrou 9,7% de percepção negativa, registrou aumento dessa percepção para 27,8% ao final da pesquisa, o que pode representar um impacto retardado na redução da demanda industrial (Gráfico 3). Importante frisar que apenas a primeira quinzena tem como referência o período da pandemia anterior à pesquisa, enquanto as subsequentes tomam como referência a quinzena anterior.

Gráfico 3. Efeito negativo da pandemia sobre as empresas de serviços prestados às famílias e indústrias (% de empresas) (junho-agosto)



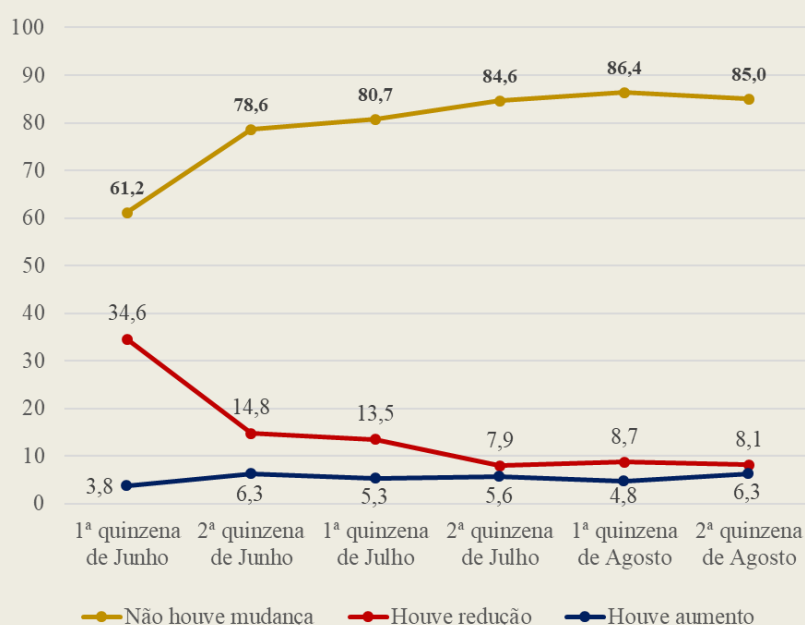
Fonte: IBGE (2020)

Redução do quadro de funcionários

Ao longo das seis quinzenas de pesquisa, grande parte das empresas declarou não ter havido mudança no quadro de funcionários - 61,2% do total na primeira quinzena de junho, valor que cresceu e atingiu o patamar de 85% do total de empresas na segunda quinzena de agosto, conforme ilustrado no Gráfico 4. Na primeira quinzena da pesquisa (junho), 34,6% das empresas

relataram redução no número de funcionários; ao longo das próximas três quinzenas, a taxa sofreu grande redução, estabilizando e fechando o período de pesquisa no patamar de 8,1%, possível efeito da Política de Manutenção do Emprego e Renda. Entre os que responderam ter havido aumento, a taxa manteve-se relativamente estável, entre 3,8% e 6,3%.

Gráfico 4. Efeito da pandemia sobre quantidade de funcionários (% de empresas) (junho-agosto)



Fonte: IBGE (2020)

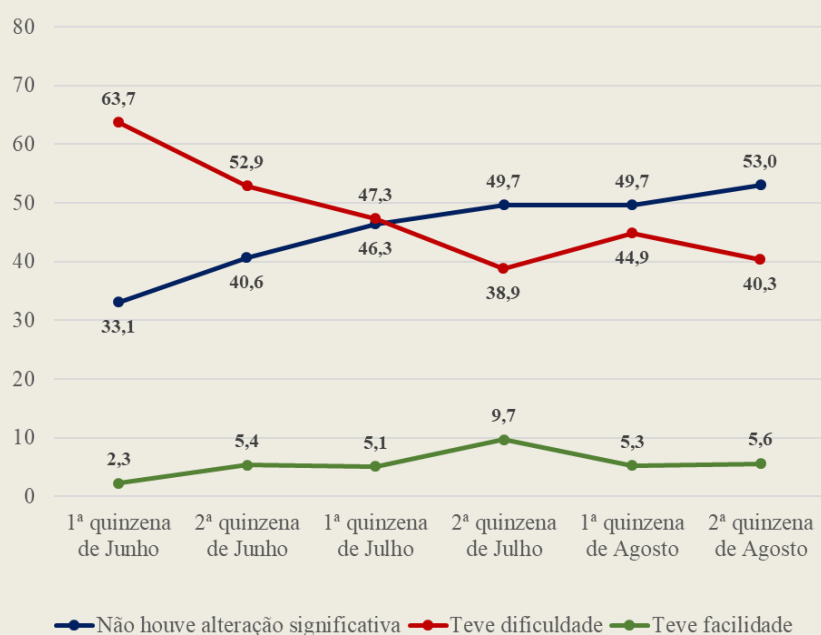
Destaca-se ainda que, na primeira quinzena de junho, 29,7% das empresas que relataram redução de funcionários declarou uma redução correspondente a mais de 50% de seu quadro. Este contingente apresentou queda ao longo das semanas, atingindo 7,1% na última quinzena da pesquisa. Por outro lado, as empresas que apresentaram redução inferior a 25% do quadro de funcionários correspondiam a 37,6% do total na primeira quinzena e, ao contrário, apresentaram crescimento significativo no período de pesquisa, atingindo seu pico na primeira

quinzena de julho, 70,8%, e voltando a cair nas quinzenas subsequentes até atingir 56,8% na segunda quinzena de agosto.

Capacidade de efetuar pagamentos

Quando perguntadas sobre a capacidade de efetuar pagamentos de rotina, 63,7% das empresas relataram ter tido dificuldades (Gráfico 5), número que reduziu gradativamente durante as quatro primeiras quinzenas, estabilizando e atingindo 40,3% ao final do período, semelhante ao comportamento dos efeitos gerais representados no Gráfico 1. Enquanto a porcentagem de empresas que responderam não terem tido alterações significativas subiu de 33,1% para 53%, a porcentagem de empresas que tiveram facilidade dobrou, com aumento de 2,3% para 5,6%. Quando observados os dados segundo a quantidade de funcionários, até 64% das empresas de pequeno porte relataram maiores dificuldades na primeira quinzena, enquanto apenas 35,6% das empresas com 500 ou mais funcionários declararam dificuldades. Este indicador possivelmente representa menor subjetividade quanto à percepção em relação aos efeitos gerais do segundo gráfico, por representar a capacidade financeira da instituição. É importante pontuar, entretanto, que há queda na quantidade de empresas de pequeno porte respondentes da pesquisa ao longo das quinzenas; as empresas de médio e grande porte apresentam maior capacidade de efetuar pagamento, o que pode explicar ao menos parte da melhora neste cenário.

Gráfico 5. Efeito da pandemia sobre a capacidade de pagamentos das empresas (% de empresas) (junho-agosto)



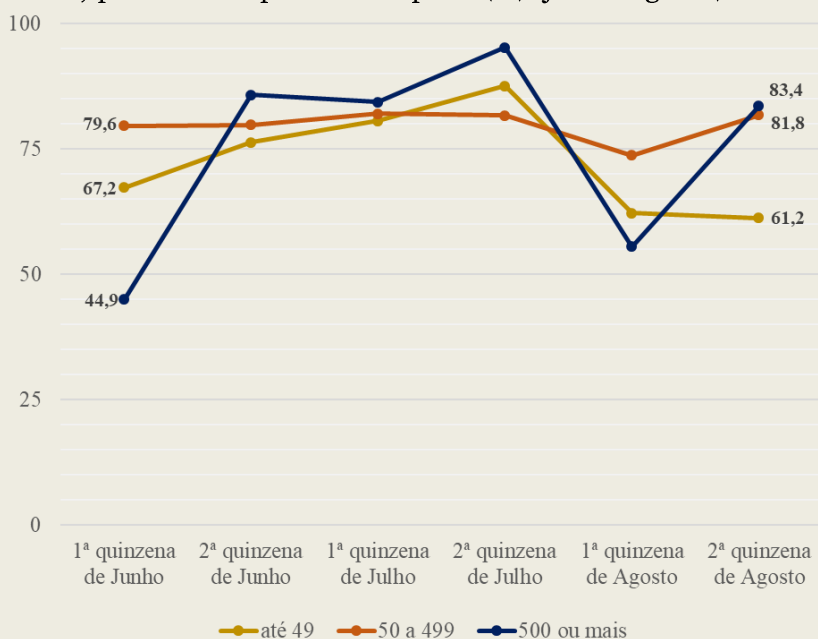
Fonte: IBGE (2020)

Acesso ao crédito emergencial

Na segunda quinzena de agosto, apenas 11% das empresas declarou ter tido acesso a crédito emergencial para pagamento da folha salarial; o valor correspondia a 12,7% na primeira quinzena de junho e apresentou queda leve ao longo das seis quinzenas da pesquisa. Deste contingente, destaca-se que houve um aumento da parcela das empresas que tiveram acesso ao crédito com apoio do governo nas quatro primeiras quinzenas, de 67,7% para 87,4%, seguido de uma queda que atinge 61,6% na segunda quinzena de agosto. Verifica-se no Gráfico 6, ainda que 61,2% das empresas de pequeno porte que conseguiram uma linha de crédito emergencial o fizeram com apoio do governo. Em contrapartida, uma parcela mais significativa das empresas de

grande e médio porte que conseguiram linha de crédito emergencial o fizeram com apoio do governo na mesma quinzena - 83,4% e 81,8% respectivamente.

Gráfico 6. Empresas que conseguiram uma linha de crédito emergencial para pagamento da folha salarial com apoio do governo, por faixa de pessoal ocupado (%) (junho-agosto)



Fonte: IBGE (2020)

Nos três meses de duração da pesquisa PULSO Empresa, pudemos observar os impactos da crise sanitária sobre as empresas, sobretudo em seu período mais crítico de infecção do vírus e de isolamento social. A percepção negativa das empresas sobre os impactos da pandemia foram altas (70%) porém decrescentes, sobretudo nas 4 primeiras quinzenas, tendendo a uma estabilidade posterior, comportamento semelhante ao apresentado nos dados sobre capacidade de pagamento. Cerca de 3 em cada 10 empresas registraram queda importante no quadro de

funcionários na pandemia, porém, a taxa de aumento não apresentou melhora relevante, ao passo que os que declararam estabilidade aumentaram, o que indica baixa recuperação das empresas. Importante pontuar que a pesquisa é um retrato das empresas “que sobreviveram”, por consequência, seus dados não são generalizáveis.

Houve crescimento de 24,3% das empresas de pequeno porte (até 49 funcionários), e a percepção negativa sobre a pandemia apresentou queda de 70% para 33,5%. Setores que prestam serviços às famílias como hotéis, restaurantes e bares registraram maior percepção negativa inicialmente, chegando a 86,7% na primeira quinzena de julho, caindo para 35,8% ao fim de agosto; já a indústria, demonstrou resistência inicial (9,7%) seguida de piora na percepção (27,8% em agosto).

Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa PULSO Empresa, disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>>, acesso em 18 de outubro de 2020.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Pesquisa PULSO Empresa - PPEmp. Nota técnica 01/2020 - Encerramento da pesquisa. 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Pulso_Empresa/Notas_Tecnicas/Nota_Tecnica_Pesquisa_Pulso_Empresa_012020.pdf>, acesso em 20 de outubro de 2020.

Pesquisas em Políticas Públicas

Raça e gênero nas eleições brasileiras: uma análise sobre a corrida eleitoral de 2018

Beatriz Mendes Chaves⁶, Wagner Pralon Mancuso⁷

Introdução

É amplo o consenso sobre a sub-representação feminina na política brasileira (Bohn, 2009; Sacchet e Speck, 2012; Feitosa, 2012), apesar do aumento das candidaturas de mulheres em decorrência da adoção de cotas de gênero (Peixoto, Goulart e Silva, 2016). A literatura também aponta sub-representação de negros na política nacional (Campos e Machado, 2014; Campos, 2015).

Com poucas e recentes exceções (Campos e Machado, 2014; Bolognesi, Perissinoto e Codato, 2016), a literatura sobre o efeito da raça e do gênero desenvolveu-se em tradições separadas. A proposta deste artigo é colaborar para a convergência dessas tradições, analisando a distribuição de gênero e de raça das candidaturas apresentadas pelos partidos políticos ao cargo de Deputado Federal nas eleições brasileiras de 2018⁸. Este trabalho focaliza 6.698 candidaturas a deputado federal, de homens e mulheres brancas, pardas ou pretas, que foram deferidas pela Justiça Eleitoral – com ou sem recurso. Estão excluídas todas as

6 Graduada em Gestão de Políticas Públicas pela EACH-USP.

7 Docente do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP e dos programas de pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da USP.

8 Estas informações foram obtidas na aba "Candidatos" do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

candidaturas canceladas ou indeferidas – com ou sem recurso. Também foram excluídos todos os candidatos que renunciaram ou faleceram durante a campanha, bem como aqueles cuja situação é identificada pelo TSE como de "não conhecimento do pedido".

A justiça eleitoral divulga o gênero das candidaturas desde 1994, mas a raça somente passou a ser divulgada vinte anos depois, em 2014. O critério adotado para a classificação das candidaturas segundo a raça é o de autoidentificação – isto é, os próprios candidatos e candidatas declaram a cor de suas peles, conforme as categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quais sejam: branca, preta, parda, amarela e indígena. Na ausência de informações deste tipo, alguns trabalhos que focalizaram eleições anteriores a 2014 utilizaram o critério de heteroclassificação, ou seja, a identificação racial das candidaturas por terceiros, tais como respondentes de entrevistas ou os próprios pesquisadores (Johnson III, 2000; Paixão e Carvano, 2008; Braga e Nascimento, 2010; Campos, 2015; Bueno e Dunning, 2016). O método da heteroclassificação tem a característica de mostrar como as candidaturas são percebidas pelos outros, ao passo a autoclassificação mostra como as candidaturas percebem-se a si próprias⁹.

Avaliamos, na seção seguinte, se existem diferenças significativas entre os partidos político no que tange ao perfil das candidaturas que apresentam ao eleitorado. A questão a responder é: há partidos que sobrerrepresentam, ou sub-representam,

subgrupos de gênero e raça em suas listas? A seção empírica é seguida por breves considerações finais.

Gênero e raça nas listas partidárias

No Brasil, toda candidatura precisa ser lançada por um partido político. A tabela 1 mostra se há diferença significativa entre os partidos no que diz respeito ao perfil de suas candidaturas. O teste qui-quadrado permite afirmar, com chance mínima de erro, que a sigla partidária está associada ao tipo de candidatura apresentada, no que diz respeito ao gênero e à raça dos concorrentes (Deputado federal: $\chi^2 = 1002,241$, p-valor $< 0,000$). Os valores indicados nas células são os resíduos ajustados. Valores iguais ou superiores a 2,0 indicam sobrerrepresentação, ao passo que valores iguais ou inferiores a -2,0 indicam sub-representação. A partir do patamar de 2,0, quanto maior é o resíduo ajustado, maior é sobrerrepresentação e, a partir do patamar de -2,0, quanto menor o resíduo, menor a sub-representação. As siglas foram classificadas em três grupos – grandes, médios e pequenas – segundo o tamanho da bancada de deputados federais que elegeram em outubro de 2018¹⁰.

Tabela 1 - Distribuição de raça e gênero das candidaturas nos partidos políticos conforme tamanho

Partido Político		Homem branco	Mulher branca	Homem preto	Homem pardo	Mulher preta	Mulher parda	TOTAL
PARTIDOS POLÍTICOS GRANDES								
PT	Candidaturas	131	57	38	67	30	25	348
	%	37,6	16,4	10,9	19,3	8,6	7,2	100
	Resíduos ajustados	-1,7	-0,8	4,0	-0,7	3,9	-1,2	

¹⁰ Para dividir os partidos em grupos, utilizamos análise de conglomerados (*clusters*), com o método de aglomeração de *cluster de K médias*, em que $K = 3$.

PSL	Candidaturas	182	65	12	84	5	36	384
	%	47,4	16,9	3,1	21,9	1,3	9,4	100
	Resíduos ajustados	2,2	-0,6	-2,4	0,6	-3,1	0,3	
PARTIDOS POLÍTICOS MÉDIOS								
DEM	Candidaturas	73	25	1	32	4	12	147
	%	49,7	17	0,7	21,8	2,7	8,2	100
	Resíduos ajustados	1,9	-0,3	-2,7	0,3	-1	-0,4	
MDB	Candidaturas	123	71	14	44	8	31	291
	%	42,3	24,4	4,8	15,1	2,7	10,7	100
	Resíduos ajustados	0,1	2,9	-0,9	-2,4	-1,4	1	
PDT	Candidaturas	109	33	16	47	20	27	252
	%	43,3	13,1	6,3	18,7	7,9	10,7	100
	Resíduos ajustados	0,4	-2,1	0,3	-0,8	2,8	1	
PP	Candidaturas	79	22	2	17	6	8	134
	%	59	16,4	1,5	12,7	4,5	6	100
	Resíduos ajustados	4	-0,5	-2,2	-2,3	0	-1,2	
PR	Candidaturas	70	25	5	26	10	12	148
	%	47,3	16,9	3,4	17,6	6,8	8,1	100
	Resíduos ajustados	1,3	-0,4	-1,3	-0,9	1,4	-0,4	
PRB	Candidaturas	107	50	14	42	8	16	237
	%	45,1	21,1	5,9	17,7	3,4	6,8	100
	Resíduos ajustados	1	1,2	0	-1,1	-0,8	-1,2	
PSB	Candidaturas	108	37	8	31	13	14	211
	%	51,2	17,5	3,8	14,7	6,2	6,6	100
	Resíduos ajustados	2,8	-0,2	-1,4	-2,2	1,2	-1,2	
PSD	Candidaturas	93	34	7	27	3	14	178
	%	52,2	19,1	3,9	15,2	1,7	7,9	100
	Resíduos ajustados	2,8	0,4	-1,2	-1,8	-1,8	-0,5	
PSDB	Candidaturas	118	58	4	24	9	18	231
	%	51,1	25,1	1,7	10,4	3,9	7,8	100
	Resíduos ajustados	2,9	2,8	-2,8	-3,9	-0,4	-0,6	

PARTIDOS POLÍTICOS PEQUENOS								
AVANTE	Candidaturas	133	47	20	53	7	27	287
	%	46,3	16,4	7	18,5	2,4	9,4	100
	Resíduos ajustados	1,6	-0,8	0,7	-0,9	-1,7	0,3	
DC	Candidaturas	58	29	10	42	7	20	166
	%	34,9	17,5	6	25,3	4,2	12	100
	Resíduos ajustados	-1,8	-0,2	0	1,5	-0,1	1,4	
NOVO	Candidaturas	120	65	2	23	0	11	221
	%	54,3	29,4	0,9	10,4	0	5	100
	Resíduos ajustados	3,8	4,5	-3,2	-3,8	-3,3	-2,1	
PATRI	Candidaturas	107	39	16	74	10	32	278
	%	38,5	14	5,8	26,6	3,6	11,5	100
	Resíduos ajustados	-1,2	-1,8	-0,2	2,5	-0,7	1,5	
PCB	Candidaturas	13	4	2	5	3	2	29
	%	44,8	13,8	6,9	17,2	10,3	6,9	100
	Resíduos ajustados	0,3	-0,6	0,2	-0,5	1,5	-0,4	
PCdoB	Candidaturas	32	20	14	19	6	10	101
	%	31,7	19,8	13,9	18,8	5,9	9,9	100
	Resíduos ajustados	-2,1	0,5	3,4	-0,5	0,7	0,3	
PCO	Candidaturas	2	2	0	0	1	0	5
	%	40	40	0	0	20	0	100
	Resíduos ajustados	-0,1	1,3	-0,6	-1,1	1,7	-0,7	
PHS	Candidaturas	94	44	15	83	8	27	271
	%	34,7	16,2	5,5	30,6	3	10	100
	Resíduos ajustados	-2,5	-0,8	-0,3	4,2	-1,2	0,6	
PMB	Candidaturas	23	20	2	12	5	4	66
	%	34,8	30,3	3	18,2	7,6	6,1	100
	Resíduos ajustados	-1,2	2,6	-1	-0,5	1,2	-0,8	
PMN	Candidaturas	44	18	11	35	8	7	123
	%	35,8	14,6	8,9	28,5	6,5	5,7	100
	Resíduos ajustados	-1,4	-1	1,4	2,2	1,1	-1,3	

PODE	Candidaturas	87	30	6	37	8	17	185
	%	47	16,2	3,2	20	4,3	9,2	100
PPL	Resíduos ajustados	1,4	-0,7	-1,6	-0,2	-0,1	0,1	
	Candidaturas	77	28	22	36	11	19	193
	%	39,9	14,5	11,4	18,7	5,7	9,8	100
PPS	Resíduos ajustados	-0,6	-1,3	3,2	-0,7	0,9	0,4	
	Candidaturas	63	22	4	18	5	11	123
	%	51,2	17,9	3,3	14,6	4,1	8,9	100
	Resíduos ajustados	2,1	0	-1,3	-1,7	-0,2	0	
PROS	Candidaturas	85	31	5	42	5	14	182
	%	46,7	17	2,7	23,1	2,7	7,7	100
	Resíduos ajustados	1,3	-0,4	-1,9	0,8	-1,1	-0,6	
	Candidaturas	59	30	12	39	11	22	173
PRP	%	34,1	17,3	6,9	22,5	6,4	12,7	100
	Resíduos ajustados	-2,1	-0,2	0,5	0,6	1,2	1,7	
	Candidaturas	83	53	12	62	4	18	232
PRTB	%	35,8	22,8	5,2	26,7	1,7	7,8	100
	Resíduos ajustados	-1,9	1,9	-0,5	2,3	-2	-0,7	
	Candidaturas	50	22	10	50	5	27	164
PSC	%	30,5	13,4	6,1	30,5	3	16,5	100
	Resíduos ajustados	-3	-1,6	0,1	3,2	-0,9	3,4	
PSOL	Candidaturas	157	78	55	98	46	37	471
	%	33,3	16,6	11,7	20,8	9,8	7,9	100
	Resíduos ajustados	-3,9	-0,9	5,4	0,1	5,8	-0,9	
PSTU	Candidaturas	7	7	7	1	2	1	25
	%	28	28	28	4	8	4	100
	Resíduos ajustados	-1,4	1,3	4,7	-2,1	0,9	-0,9	
	Candidaturas	52	21	5	20	5	12	115
PTB	%	45,2	18,3	4,3	17,4	4,3	10,4	100
	Resíduos ajustados	0,7	0,1	-0,7	-0,9	0	0,5	
PTC	Candidaturas	44	23	12	41	2	11	133

	%	33,1	17,3	9	30,8	1,5	8,3	100
	Resíduos ajustados	-2,1	-0,2	1,5	2,9	-1,7	-0,3	
PV	Candidaturas	100	58	10	49	6	16	239
	%	41,8	24,3	4,2	20,5	2,5	6,7	100
	Resíduos ajustados	0	2,5	-1,2	-0,1	-1,5	-1,3	
REDE	Candidaturas	72	24	22	64	12	25	219
	%	32,9	11	10	29,2	5,5	11,4	100
	Resíduos ajustados	-2,8	-2,8	2,6	3,2	0,8	1,3	
SD	Candidaturas	53	17	5	38	4	19	136
	%	39	12,5	3,7	27,9	2,9	14	100
	Resíduos ajustados	-0,7	-1,7	-1,1	2,1	-0,9	2,1	
TOTAIS		2808	1209	400	1382	297	602	6698
		41,90%	18,10%	6%	20,6%	4,40%	9%	100%

Fonte: TSE

Nos partidos grandes, o PT sobrerrepresentou significativamente as candidaturas pretas de ambos os gêneros, enquanto o PSL as sub-representou, sobrerrepresentando, em seu lugar, os homens brancos.

Dentre os partidos médios, PP e PSDB sub-representaram candidaturas masculinas e femininas pretas e pardas. Ambas as agremiações sobrerrepresentaram candidaturas de homens brancos, tendo o mesmo acontecido com outras duas siglas: PSB e PSD. Os tucanos sobrerrepresentaram ainda candidaturas de mulheres brancas. Candidaturas de homens pardos foram sub-representadas por MDB e PSB, enquanto as de homens pretos o foram pelo DEM. Finalmente, o PDT sub-representou candidaturas femininas brancas e sobrerrepresentou candidaturas pretas do mesmo gênero.

A quantidade de partidos pequenos é muito grande no Brasil, então evitaremos uma discussão pormenorizada de cada

caso. Gostaríamos, no entanto, de chamar a atenção para o caso do NOVO, que sub-representou candidaturas pardas e pretas de ambos os gêneros, e sobrerrepresentou candidaturas brancas, tanto masculinas quanto femininas. Caso contrastante é o do PSOL, pequeno partido que sobrerrepresentou homens e mulheres pretas e sub-representou candidaturas masculinas brancas.

Considerações finais

Os achados deste artigo convergem com a literatura existente e trazem elementos novos ao debate. Trabalhos anteriores já apontaram variação entre os partidos no que diz respeito ao gênero (Bohn, 2009; Feitosa, 2012) e à raça (Campos e Machado, 2014; Campos, 2015) das candidaturas lançadas. Este artigo identifica a mesma variação nas eleições para deputado federal de 2018. A novidade é considerar simultaneamente as duas características individuais, comparando os partidos por meio de uma técnica que permite identificar sobrerrepresentação (ou sub-representação) estatisticamente significativa de candidaturas dos diferentes subgrupos.

O trabalho sugere que a ideologia partidária é um fator que parece afetar a seleção de candidaturas. Enquanto partidos mais à esquerda, de diferentes tamanhos, como PT e PSOL tendem a sobrerrepresentar candidaturas negras (pretas e pardas) de ambos os gêneros, partidos do lado contrário do espectro ideológico, como o NOVO, tendem a apresentar um perfil oposto no recrutamento de candidatos, apresentando mais candidaturas brancas em comparação com as negras. Cabe questionar se o efeito da ideologia se deve a uma maior tendência de candidatos

e candidatas de esquerda se autoclassificarem como negros ou se esses partidos realmente possuem um perfil de recrutamento mais democrático e inclusivo. Também é importante avaliar se os partidos de esquerda, além de recrutarem mais candidaturas negras, têm sido capazes de oferecer a elas acesso aos recursos organizacionais e financeiros capazes de torná-las realmente competitivas, inclusive quanto ao financiamento de campanha. Embora a ideologia da agremiação pareça ser uma variável explicativa relevante, certamente não é a única que determina as diferenças significativas observadas entre as siglas. Pesquisas futuras podem se deter sobre este fenômeno, para elucidá-lo nas diversas dimensões pertinentes.

Novos estudos sobre o impacto político da questão racial podem oferecer uma contribuição relevante para esse campo de estudos, caso se debrucem sobre as candidaturas amarelas e indígenas. Pesquisas futuras também podem abordar o impacto de variáveis geográficas e políticas, perguntando-se, por exemplo: em que grau os fenômenos observados nesse artigo variam de município para município, ou de estado para estado? Os fenômenos observados aqui na eleição para deputado federal também se observam nas eleições para os outros cargos executivos e legislativos? Nosso objetivo não era esgotar o debate sobre a questão, mas chamar a atenção para um aspecto que merece ser aprofundado pela comunidade acadêmica.

Referências

BOHN, Simone. (2009), "Mulheres Brasileiras na Disputa do Legislativo Municipal". *Perspectivas*, vol. 35, pp. 63-89.

BRAGA, Alexandre; NASCIMENTO, Adilson. (2010), "Negros Estão Fora do Parlamento Brasileiro". *Revista África e Africanidades*, ano 2, no. 8, pp. 1-6.

BUENO, Natália; DUNNING, Thad. (2016), "Race, Resources, and Representation: Evidence from Brazilian Politicians". Conference on "Contemporary Challenges to Inclusion and Representation in Latin America", Stanford University.

CAMPOS, Luiz Augusto. (2015), "Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 58, no. 3, pp. 689-719.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos Augusto. (2015), "A Cor dos Eleitos: Determinantes da Sub-Representação Política dos Não-Brancos no Brasil". *Revista Brasileira de Ciência Política*, No. 16, pp. 121-151.

FEITOSA, Fernanda. (2012), "A Participação Política das Mulheres nas Eleições 2010: Panorama Geral de Candidatos e Eleitos", in J.E.D. Alves, C.R.J. Pinto e F. Jordão (orgs.), *Mulheres nas Eleições 2010*. São Paulo, ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, pp. 139-166.

JOHNSON III, Ollie. (2000), "Representação Racial e Política no Brasil: Parlamentares Negros no Congresso Nacional (1983-99)". *Estudos afro-asiáticos*, no. 38, pp. 7-29.

MENEGUELLO et. al (2012), *Mulheres e Negros na Política: Estudo Exploratório sobre o Desempenho Eleitoral em 4 Estados Brasileiros*. Campinas, CESOP/UNICAMP, pp. 67-105.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz. (orgs.) (2008), *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2007-2008*. Rio de Janeiro, Garamond.

PEIXOTO, Vitor; GOULART, Nelson; SILVA, Gabriel. (2016), "Cotas e Mulheres nas Eleições Legislativas de 2014". *Política & Sociedade*, vol. 15, no. 32, pp. 126-144.

SACCHET, Teresa. (2012), "Partidos Políticos e (Sub) Representação Feminina: um Estudo sobre Recrutamento Legislativo e Financiamento de Campanhas", *in* D. Paiva (org.), *Mulheres, poder e política*. Goiânia, Editora Cênone, pp.159-186.

SACCHET, Teresa; SPECK, B. (2011), "Partidos Políticos e (Sub)Representação Feminina nas Esferas Legislativas: um Estudo sobre Recrutamento Eleitoral e Financiamento de Campanhas". Conferência IPSA-ECPR "Whatever Happened to North-South?", São Paulo.

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

Invisibilidades: suicídio de pessoas *trans* e políticas públicas

Elizabete Franco Cruz ¹¹

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve reflexão sobre suicídio de pessoas trans e políticas públicas. Para atingir esta propositura traço um pequeno panorama da questão e depois observo sua articulação com as políticas públicas, em especial aquelas voltadas para saúde da população LGBT e para o suicídio.

No Brasil, segundo dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, entre os anos de 2007 e 2015 foram registrados 55.649 óbitos por suicídio (BRASIL, 2017). Ainda segundo o mesmo Boletim, quando consideramos a população em geral o risco de suicídio é aproximadamente quatro vezes maior em pessoas do sexo masculino do que em pessoas do sexo feminino.

Cabe destacar que no Brasil há subnotificação em diferentes agravos, e no caso do suicídio não é diferente. Fichas de notificação não são preenchidas, ou são preenchidas incorretamente, tanto em caso de suicídio como de tentativas de suicídio, o que dificulta chegarmos a informações mais precisas sobre a situação no país.

É importante mencionar que no Boletim Epidemiológico não foram consideradas como variáveis a identidade de gênero e a

¹¹ Docente do curso de Obstetrícia e do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) da Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH/USP).

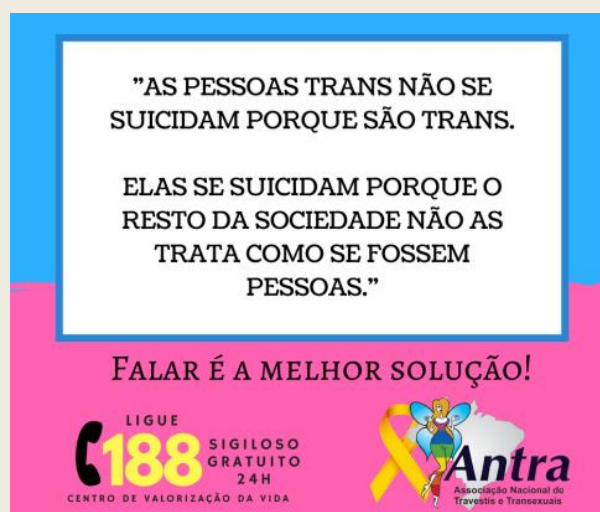
orientação sexual, o que dificulta que apresentemos dados referentes à população Trans.

Apesar da falta de dados e da pequena produção acadêmica sobre o tema, alguns estudos nos ajudam a perceber a matizes desta problemática na população trans. A pesquisa realizada por Correa et al. (2019) no Distrito Federal aponta que as condições de vida, especialmente a transfobia e a homofobia, estão associadas ao surgimento de maior propensão ao desenvolvimento de questões de saúde mental e ideação suicida entre pessoas trans.

Este destaque é importante porque algumas leituras teóricas (principalmente pautadas em modelo biomédico) costumam atribuir os fenômenos ligados à saúde mental e ao suicídio às condições psíquicas exclusivamente concebidas como individuais, como algo inerente à condição e subjetividade das pessoas, no caso que aqui discuto, das pessoas trans.

Do ponto de vista da psicologia social não é possível desconsiderar a trajetória de vida marcada por estigma, discriminação e violências como fatores que constituem a saúde e a subjetividade. A Associação Nacional de Travestis (ANTRA) tem uma campanha voltada à prevenção do suicídio que é representativa desta dimensão:

Figura 1. Campanha da Associação Nacional de Travestis (ANTRA)



Fonte: ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

O argumento da ANTRA tem fundamento pois, como sabemos, grande parte da sociedade não trata as pessoas trans como se fossem pessoas e os dados estatísticos são reveladores desta situação. O Brasil é o país com maior índice de assassinatos de pessoas trans e apresenta ainda altos índices de violência contra a população LGBTQI+. Além disto, espaços como escolas, serviços de saúde, locais de trabalho são, com frequência, marcados por preconceito e isolamento.

O GGB, Grupo Gay da Bahia, realiza anualmente um levantamento sobre as violências que afetam grandemente a população LGBT. No Brasil, em 2019, 329 pessoas LGBT foram vítimas de mortes violentas. Deste total, 297 (90,3%) foram homicídios e 32 (9,8%) suicídios. Segundo a publicação, o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que o risco de um gay ser assassinado.

Quanto ao suicídio de LGBT no Brasil em 2019, dos 32 casos localizados nos meios de comunicação, 40,6% eram trans, 37,5% gays e 21,8% lésbicas. 26,3% dos suicidas tinham

menos de 20 anos, o mais jovem com 14 anos e com 44 o mais velho. (OLIVEIRA, 2019,p.17)

Um elemento importante é que não temos dados precisos. O estudo do GGB foi feito a partir de notícias de jornais, se tivéssemos efetiva notificação talvez encontrássemos números ainda maiores do que estes.

Além do suicídio, considerar a ideação suicida também é um importante indicador de saúde mental e de proteção à vida, especialmente quando pensamos que existe possibilidade de prevenção do suicídio. Um estudo realizado no Rio Grande do Norte com travestis e transexuais de quatro ONGs brasileiras demonstra que a ideação suicida neste grupo estava associada a variáveis como:

(..) níveis depressivos, violência no espaço escolar, expulsão do núcleo familiar, tentativa pregressa de suicídio e intensidade da vontade de morrer na última tentativa. Porém, no modelo ajustado, permaneceram a violência no espaço escolar e sintomatologia depressiva. (Silva et al. 2020,s/p.)

O mesmo estudo destaca a importância de que existam políticas de instituições estatais e sociais voltadas para ações de prevenção e sinaliza que a participação das ONGs foi elemento protetivo para o grupo estudado.

Diante do exposto até aqui, observa-se este tema merece atenção e que respostas comunitárias são importantes para a mudança deste quadro, mas precisamos principalmente de políticas públicas mais efetivas, tema que discuto a seguir.

Políticas Públicas, transexualidades e suicídio

Em 2013 o Ministério da Saúde lançou a Política integral de saúde LGBT. No que se refere à saúde, a política se propõe a:

Compreender a determinação social no dinâmico processo saúde-doença das pessoas e coletividades requer admitir que a exclusão social decorrente do desemprego, da falta de acesso à moradia e à alimentação digna, bem como da dificuldade de acesso à educação, saúde, lazer, cultura interferem, diretamente, na qualidade de vida e de saúde. Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença. (BRASIL, 2013, p.13)

Esta propositura é fundamental para considerar contextos sociais e culturais na produção dos processos que produzem saúde e doença. Como manter a saúde em um mundo absolutamente hostil?

Já no que se refere à saúde mental o tema aparece mencionado nos objetivos específicos

XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde;

XXI - incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território, para a sociedade em geral; (BRASIL, 2013, p.21)

Sem dúvida, a existência da política LGBT foi um passo importante na garantia de direitos e cuidados, ainda que saibamos que existam desafios para sua implementação. Alguns destes desafios, por exemplo, foram analisados pelo estudo de Silva (2020) que conclui a presença de lacunas nos três níveis de atenção à saúde LGBT, envolvendo acesso, ações de promoção e vigilância, educação permanente e popular e avaliação. Ou seja, com relação às políticas LGBT é possível observarmos avanços e desafios, com pequena inclusão da questão da saúde mental e do suicídio.

No que concerne ao suicídio, a importância das políticas públicas voltadas para a prevenção do suicídio é mencionada por diversos autores (por ex. Marcolan e Silva (2019), Setti (2017), dentre outros).

Setti (2017) analisa que a dificuldade para o desenvolvimento de políticas passa por questões como tabu ao redor do tema, abordagem inadequada pela mídia, má capacitação dada aos profissionais de saúde e subnotificação dos casos.

Em 2019 foi assinada a Lei n. 13.819/2019 que institui a Política Nacional de Prevenção de Automutilação e do Suicídio no Brasil. É um marco legal bastante geral que abre a possibilidade para ações no território.

Dantas (2019) fez uma importante reflexão sobre esta lei no cenário atual das políticas de saúde. O autor mostra que temos ações importantes desde os anos 2000, como a produção de manuais voltados para atenção básica, educação, mídia e assinatura do pacto com a OMS para redução das taxas de suicídio em 10%. Contudo, o autor problematiza que o descrito na lei acima citada está inviabilizado pelas ações tomadas pelo governo em

outras políticas. Ele menciona a política de drogas e a política de saúde mental que se voltaram às perspectivas já ultrapassadas, como fortalecimento da ultraespecialização, modelo biomédico, perspectiva manicomial, retirada dos territórios e de espaços de socialização. Além disso, o autor aponta que as políticas que favorecem o acesso às armas de fogo também facilitam, ao invés de inibir, a possibilidade de suicídio.

O momento atual tem sido de fragilização das políticas públicas, especialmente de saúde. Os cuidados com a saúde, incluindo a saúde mental das pessoas trans e a prevenção do suicídio, têm sido mais objeto de preocupação das organizações da sociedade civil do que objeto de políticas consistentes desenvolvidas pelo Estado, especialmente neste contexto onde o SUS, um patrimônio nacional, sofre constantes ameaças e práticas de destruição e privatização.

Dar contorno ao invisível, ter olhar que registra a existência

Tentei até aqui mostrar que o suicídio de pessoas trans é uma importante questão que merece atenção da sociedade. Mostrar é uma boa palavra para me opor à invisibilidade. Invisibilidade de pessoas, que são mortas ou se matam, numa sociedade apegada às normas e às construções de saberes e poderes (especialmente biomédicos e jurídicos) que transforma a diferença em ameaça ou abjeção.

Precisamos dar contorno às presenças que são tidas como invisíveis.

Relevante que tenhamos políticas públicas, mas desafiador que as políticas LGBT incorporem com pouca ênfase o tema do

suicídio e que as políticas sobre suicídio praticamente ignorem a temática trans.

O cenário de vida das pessoas trans é hostil, nas famílias, nas escolas e nas ruas.

Elas resistem, obviamente, mas precisamos construir outras realidades.

No âmbito da construção e implementação de políticas que abordem este grave problema de saúde pública é importante que tenhamos uma perspectiva abrangente que envolva saúde, educação, seguridade social, trabalho, moradia e segurança pública. Tais políticas devem incluir, diretrizes, recursos e formação de profissionais para a estruturação de uma rede que efetive ações de cuidado, proteção e direitos humanos.

O convite deste breve texto é para que possamos produzir políticas públicas mas, além disto, uma sociedade em que as vidas das pessoas trans, deixem de ser o que Butler chamou de vidas precárias, vidas que não são passíveis de luto. Vidas trans, são sim, vidas que importam e vidas que ao se extinguirem deixam dor e marcas.

Em um de seus trabalhos, o psicanalista Winnicott (1975) apresenta um pequeno verso: “Quando olho, sou visto; logo existo. (...)” (WINNICOTT, 1975 p.180).

Que olhemos para pessoas trans com toda a dignidade e afeto que merecem, antes que sejam mortas, ou, antes que se matem diante de uma sociedade que as invisibiliza buscando sua inexistência.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. | Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico Volume 50 | Nº 15 | Jul. 2019.

BRASIL.Ministério da Saúde. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa.

Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.32 p. : il.

BUTLER, Judith. Vida precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. Contemporânea, 2011.

CORREA, Fábio Henrique Mendonça et al . Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. J. bras. psiquiatr., Rio de Janeiro , v. 69, n. 1, p. 13-22, Jan. 2020 . disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100013&lng=en&nrm=iso. access on 26 Sept. 2020. Epub May 08, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0047-2085000000256>.

DANTAS, E.S..O. Prevenção do Suicídio no Brasil: como estamos? Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29(3), e290303, 2019.

LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019.Presidência da República. Secretaria Geral, 2019.

MARCOLAN, João Fernando; SILVA, Daniel Augusto da. O comportamento suicida na realidade brasileira: aspectos epidemiológicos e da política de prevenção. Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 31-44, sep. 2019.

ISSN 2525-3050. Disponível em: <<http://www.seer.unirio.br/index.php/revistam/article/view/9290>>. Acesso em: 30 oct. 2020.
doi:<http://dx.doi.org/10.9789/2525-3050.2019.v4i7.31-44>.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020

SILVA, G.W.S, Meira, K.C, Azevedo, D.M, Sena, R.C.F, Lins, S.L.F, Dantas, E.S.O, Miranda, F.A.N.. Fatores associados à ideação suicida entre travestis e transexuais assistidas por organizações não governamentais.. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2020/Jan). [Citado em 26/09/2020]. Está disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/fatores-associados-a-ideacao-suicida-entre-travestis-e-transexuais-assistidas-por-organizacoes-nao-governamentais/17489?id=17489>

SILVA, ACA, Alcântara AM, Oliveira DC, Signorelli MC. Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. Interface (Botucatu).2020; 24: e190568
<https://doi.org/10.1590/Interface.190568>

SETTI, V. M. G. Políticas Públicas e prevenção do suicídio no Brasil. ÍANDÉ: Ciências e Humanidades, v. 1, n. 1, p. 104-113, 14 dez. 2017.

WINNICOTT, DONALD W.O brincar e a realidade. Rio de Janeiro:Imago,1975.

Um panorama das desigualdades contemporâneas do Brasil a partir da leitura crítica de Wright Mills

Sofia Sodré¹², Jorge Machado¹³

Introdução

Tal qual frutos amargos que nascem e têm suas sementes plantadas no mesmo solo, sob as mesmas circunstâncias, é a desigualdade social, no Brasil.

O objetivo desse texto é apresentar um panorama de algumas das principais dimensões em que se expressam as desigualdades sociais e desenvolver uma crítica a partir da perspectiva crítica proposta por Wright Mills. Esse autor coloca em cheque as hipóteses que atribuem aos indivíduos a plena responsabilidade pelas condições objetivas de suas vidas. Em vez disso, busca explicações numa conjunção que envolve história, biografia e estrutura social. Um elemento importante para compreender a sociedade é a “imaginação sociológica”, segundo Mills (1965), a capacidade que o pesquisador deve ter de ampliar a consciência e perceber fatos e eventos dentro de um contexto mais amplo, deixando de lado as limitações do “homem” – visto como um ser individualista, egoísta e fechado em seu mundo.

O panorama da desigualdade social é apresentado a partir dos estudos mais recentes, onde se foca nos tópicos renda e emprego, habitação e educação. Não é objetivo desse texto discutir

12 Graduanda em Gestão de Políticas Públicas.

13 Docente do curso Gestão de Políticas Públicas e Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (PROMUSPP) da Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH/USP).

profundamente cada um deles, mas sim associá-los entre si num quadro maior para, ao final, apresentar uma análise crítica.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020a), em 2019, a renda média mensal de 50% da população brasileira correspondeu a R\$ 850, valor abaixo do salário mínimo estabelecido. Já o desemprego afeta 13,3% da população brasileira (IBGE, 2020b). Uma comparação das taxas de desocupação desagregada por cor ou raça, dos anos 2012 e 2020, demonstra que o desemprego cresceu a uma taxa de 8,2% entre as pessoas pretas, 6,3% entre as pardas e 3,8% entre as pessoas brancas (INGE, 2020c), o que evidencia que esse problema é maior entre segmentos historicamente discriminados.

De acordo com o IBGE (2020a), o rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população brasileira foi de R\$ 2.308. Este mesmo relatório demonstra que o rendimento médio mensal das pessoas pretas corresponde a 55,8% (R\$ 1.673) do rendimento médio mensal das pessoas brancas (R\$ 2.999).

O rendimento médio mensal segundo o grau de instrução evidencia que existe forte relação entre essas duas variáveis. Conforme o IBGE (2020a), o rendimento médio mensal do brasileiro classificado como “sem instrução” foi 60,2% inferior à média nacional. Já a renda média daqueles que possuem o ensino superior completo, se comparada com a renda média geral, revela a dimensão da desigualdade social no país: este segmento supera em 121,32% a média nacional.

Consoante o Anuário Brasileiro de Educação Básica (Todos Pela Educação & Editora Moderna, 2020), 61,8% dos jovens de 15 a 17 anos, entre os 25% mais pobres, estão matriculados no Ensino Médio, enquanto a proporção entre os 25% mais ricos é de

90,8%. Quanto ao Ensino Superior, as discrepâncias entre estes segmentos também são verificadas, o que evidencia que as desigualdades socioeconômicas têm impacto substancial sobre o ingresso e manutenção do indivíduo nas redes de ensino.

Mais uma característica que permeia o cenário brasileiro é o déficit habitacional de 7,7 milhões de moradias (Abrainc & FGV, 2018). A maior causa disso é o alto custo de uma moradia adequada em relação à renda das famílias, o que compromete o direito à moradia de parte considerável da população. Há que significativa parcela da população vive em favelas e em cortiços. Somente na cidade de S. Paulo, são 2 milhões de moradores nessa situação.

Pensando essa realidade com Wright Mills

As referências acima têm a finalidade de evidenciar as assimetrias da sociedade brasileira, que são verificadas nos diversos planos. Neste momento, a imaginação sociológica em Wright Mills será um sustentáculo para uma análise acerca das desigualdades sociais que produzem pobreza, exclusão e violência.

Para Mills (Mills, 1959/1965, p.12), “a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e a relação entre ambas dentro da sociedade”. Ainda, conforme o autor (Mills, 1959/1965), a imaginação sociológica permite distinguir as perturbações pessoais das questões públicas. Dessa forma, as primeiras dizem respeito ao âmbito individual, dentro do alcance imediato do sujeito, abrangendo sua realidade próxima, sendo apenas o indivíduo o responsável por criar e resolver suas perturbações. Por conseguinte, quanto às questões públicas, os fatos transcendem a órbita individual, dizem respeito às esferas

institucionais, remetendo-se a assuntos públicos de interesse social e estão além da capacidade de resolução do indivíduo.

Acerca da naturalidade com que miseráveis são produzidos pela dinâmica socioeconômica vigente no Brasil, Herbert de Souza afirma que é preciso “acabar com essa naturalidade, recuperar o sentido da indignação frente a degradação humana, re-absolutizar a pessoa como centro e eixo da vida e da ação política” (Souza, 1993, p.2). Em um país onde 6,5% da população vive em situação de extrema pobreza e ¼ da população encontra-se abaixo da linha da pobreza (IBGE, 2019b), a face mais cruel e perversa do sistema capitalista é descoberta: as desigualdades por ele geradas e mantidas; a fome naturalizada; a opulência e riqueza vivendo ao lado da escassez e da miséria; a indiferença humana. Nas palavras do sociólogo Herbert de Souza:

A fome é exclusão. Da terra, da renda, do salário, da educação, da economia, da vida, da cidadania. Quando uma pessoa chega a não ter o que comer, é porque tudo o mais já lhe foi negado. É uma forma de cerceamento moderno ou exílio. A morte em vida. O exílio da Terra. Mas a alma da fome é política. [...]

Como a miséria é a síntese e o nó de um processo, desvendar e atacar a miséria é também um modo de desfazer radicalmente o Brasil. É pegar o Brasil pelo umbigo. A negação radical da miséria é um postulado de mudança radical de todas as relações e processos que geram a miséria. É uma interpelação a tudo e todos, é um passar a limpo a História, a sociedade, o Estado e a economia. É virar o Brasil pelo avesso. No concreto (Souza, 1993, p. 1).

Por conseguinte, à medida que o sistema se aprofunda em sua essência, a vida humana perde valor frente ao capital, e a própria sociedade é ensinada a ver com naturalidade o cenário de injustiças que ele concebe. A falsa ideia de liberdade e independência deixam a meritocracia em voga; todos são levados a pensar que são livres e que a ascensão socioeconômica tem apenas uma variável: o esforço individual. E dessa forma justificam as desigualdades e suas implicações.

A fome e a desnutrição são especialmente consequências das desigualdades sociais e não podem ser vistas com naturalidade, indiferença, quem dirá com olhar de aceitação. A pobreza e miséria são mantidas pela estrutura social e econômica atual. Verifica-se “um dos maiores PIBs do mundo abraçado com a pobreza e miséria mais espantosa” (Souza, 1993, p.1). Aqui, abre-se parênteses para mencionar que as implicações diretas da manutenção desta estrutura essencialmente capitalista são o aumento da vulnerabilidade socioeconômica dos trabalhadores da base da cadeia produtiva.

É importante destacar outro ponto: a dinâmica social sobrecarrega o sujeito e mina sua capacidade de reflexão acerca de sua realidade e do papel que desempenha dentro do sistema que vigora, consumindo suas energias. Assim sendo, este também é um aspecto responsável por sua aceitação em massa, e manutenção. Interessante notar que de questão pública, como de fato é o conjunto pobreza e miséria; a lógica capitalista passa a enxergá-la e difundi-la como uma espécie de perturbação pessoal, como um problema individual, como sugere a prevalência da meritocracia. Desta forma, a existência de 43 milhões de pessoas

em situação de insegurança alimentar (FAO, 2020) ou de um déficit de quase oito milhões de moradias seriam em razão do próprio fracasso do indivíduo, de sua inação ou incapacidade. No lugar de se discutir questões de fundo estrutural e históricas, a lógica individualista atribui ao indivíduo o seu sucesso ou fracasso. Naturaliza-se as desigualdades cada vez mais agudas, ao mesmo tempo em que se busca legitimar o “espírito empreendedor” e o esforço individual como vetores principais de mudanças sociais. Ao invés de tratar de questões de injustiça, exclusão e de exploração históricas, surgem os *coachs*, instrutores motivacionais e *digital influencers* para tornar o indivíduo mais competitivo dentro da ilusão de que tudo é possível com o devido esforço pessoal. Nesse cenário, a precarização do trabalho e das condições de vida pode ser vista como uma situação transitória. Pessoas de sucesso, os novos bilionários, as empresas “unicórnios” estão aí para provar que é possível...

Conforme R. Muggah e A. P. Pellegrino (2020, p.30), “configurações marcadas por extrema desigualdade social, desvantagem concentrada e serviços desiguais - especialmente educação - podem exacerbar os determinantes da violência”, assim, tem-se a acentuação da exposição de jovens à violência e criminalidade nos locais onde a pobreza e exclusão, portanto, escassas possibilidades de inserção e ascensão social, estão substancialmente presentes e concentradas. Se a definição de violência vai além da agressão física, então, conforme Arblaster (1996, como citado em Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002, p.20) “uma política que deliberada ou conscientemente conduza à morte de pessoas pela fome ou doença pode ser qua-

lificada de violenta. Essa é uma razão por que slogans como ‘pobreza é violência’ ou ‘exploração é violência’ não constituem meras hipérboles”, logo, verifica-se que a violência primeira é perpetrada pelo Estado e pela sociedade, quando negligenciam sistematicamente os direitos das pessoas situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Um sistema permeado de assimetrias. Perturbação pessoal ou questão pública?

Desse modo, resgatando os dados expostos, é evidente que o desemprego ou o trabalho precário que cresce estruturalmente está muito além da capacidade individual de resolução, mas se assenta em questões de caráter institucional político e econômico. O mesmo se pode dizer do racismo estrutural, da desigualdade de gênero, que dependem de uma ação política ampla e persistente.

De modo análogo, em um país onde apenas 1% da população detém 28,3% da renda de todo o país (Organização das Nações Unidas [ONU], 2019), concentração que gera pobreza e miséria no outro extremo da pirâmide social, é evidente que a disposição política é fundamental em favor da redistribuição da mesma, e não se trata de esforços individuais e isolados.

Em se tratando de educação no país, o acesso, a qualidade e a infraestrutura são aspectos que tornam a educação pública brasileira desigual. Como o foco principal aqui é ressaltar a desigualdade, destaca-se que o acesso à educação, substancialmente, é comprometido por questões socioeconômicas, cabendo refletir sobre a interdependência e inter-relação dos di-

reitos constitucionais humanos, pois quando o direito à alimentação, à moradia ou ao transporte escolar são comprometidos, o direito à educação também é prejudicado. Se os profissionais da educação têm formação de baixa qualidade, recebem baixos salários ou não tem autonomia em sala de aula – aspectos que variam no território brasileiro –, a qualidade do ensino também se torna desigual. Nesse aspecto, a desigualdade inter-regional, no país, se revela pela distribuição dos recursos educacionais aos municípios. As assimetrias, assim, estão presentes desde as possibilidades de acesso à escola e a realidade individual do aluno, a qual influencia fortemente em seu aprendizado, até a distribuição de recursos aos municípios e às instituições educacionais. Essas assimetrias, que em sua maioria extrapolam as órbitas individuais, influenciam substancialmente no desenvolvimento pessoal do aluno e, por conseguinte, toda sua trajetória acadêmica e profissional fica comprometida, perfazendo-se o ciclo das desigualdades socioeconômicas e da pobreza no país.

Retomando a imaginação sociológica em Mills (Mills, 1959/1965), a educação desigual no Brasil está intimamente relacionada à esfera pública, sendo essencial a mobilização social e de atores políticos engajados em um projeto que reduza deformidades educacionais e que assegure, de fato, o direito à educação de boa qualidade, assim como outros direitos que dela dependem, sejam efetivados.

Considerações finais

O cenário brasileiro evidencia a necessidade de que a vida humana seja resgatada como parte central do desenvolvimento socioeconômico, que os pilares que sustentam nossa estrutura desigual sejam transformados radicalmente.

Sendo o capital e o lucro o cerne do capitalismo e a concentração de riquezas sua consequência direta, a produção de desigualdades alarmantes mostra-se intrínseca ao sistema em vigor. É insustentável uma sociedade onde milhões de seres humanos vivem em situação de extrema pobreza e são condenados a um ciclo de miséria e luta pela sobrevivência, enquanto outra minoria deleita-se em riqueza. Ademais, a concentração persistente de capital econômico gera condições para continuidade dessa situação, fazendo que o ciclo jamais se quebre. A pobreza e o ensino público de baixa qualidade são barreiras, mecanismos utilizados para a manutenção da continuidade do ciclo. Diferentes oportunidades produzem diferentes realidades, e é sabido que a realidade de quem está na base da pirâmide tende a ser continuada ou pouco alterada por sucessivas gerações.

Aqui, destaca-se a necessidade de enxergar as questões estruturais e históricas que estão por trás dessa situação, conforme aponta Mills. Nesse sentido, o engajamento nos temas públicos é a via pela qual os cidadãos podem superar as limitações de uma perspectiva egoísta e limitada da realidade para assumir uma responsabilidade histórica de construir as bases de uma sociedade inclusiva, sustentável e igualitária.

Enquanto a educação for de baixa qualidade e desigual no território brasileiro, as assimetrias serão mantidas, mas a meritocracia continuará em voga, e as próximas gerações continuarão tendo seu futuro moldado (ou influenciado) fortemente pelas poucas oportunidades que uma vida de privações e necessidades proporciona. A ausência de um pensamento crítico proposto pela imaginação sociológica de Mills resulta na falta de questionamento sobre os determinantes de seu desemprego, da pobreza e

das condições objetivas em que as pessoas vivem. Nesse contexto, naturalizam-se a miséria, a fome e é jogada sobre os ombros do indivíduo toda responsabilidade sobre sua condição objetiva, como não houvesse história ou estrutura social subjacente a isso.

Referências

- Abramovay, M., Castro, M. G., Pinheiro, L. C., Lima, F. S., & Martinelli, C. C. (2002). Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas (p.20). Unesco Brasil. Recuperado em 29 de setembro, 2020, de unesdoc.unesco.org/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_69ef5b2d-84a9-49d5-8855-f0a702c38736?_=127138por.pdf&to=84&from=1
- Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias & Fundação Getúlio Vargas (2018). Análise das Necessidades Habitacionais e suas Tendências para os Próximos Dez Anos. Recuperado em 17 de setembro, 2020, de <https://www.abrainc.org.br/wp-content/uploads/2018/10/ANEHAB-Estudo-completo.pdf>
- Departamento Penitenciário Nacional (2019). Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Relatório Consolidado (dez. 2019). Recuperado em 28 de setembro, 2020, de <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/bases-de-dados>
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO (2020). The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, FAO, 1 – 60, 172. Retrieved september 15, 2020, from <https://doi.org/10.4060/ca9692en>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019a). Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Tabela 7112 Educação: 2019. Recuperado em 14 de setembro, 2020, de <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7112#resultado>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019b). Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 14 de setembro, 2020, de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rendimento de todas as fontes: 2019. Rio de Janeiro. Recuperado em 14 de setembro, 2020, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101709_informativo.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020b). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Séries Históricas: Taxa de desocupação. Recuperado em 16 de setembro, 2020, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacionalpor-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020c). Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Segundo Trimestre de 2020. Recuperado em 16 de setembro, 2020, de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020d). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Educação:2019. Rio de Janeiro. Recuperado em 16 de setembro, 2020, de

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (2020). Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil - O mapa da desigualdade. São Paulo. Recuperado em 18 de setembro, 2020, de https://www.imaflora.org/public/media/biblioteca/1588006460-sustentabilidade_terras_agricolas.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019). Atlas da Violência (p.26). Recuperado em 29 de setembro, 2020, de https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019_05jun_vers%C3%A3o-coletiva.pdf

Mills, C. (1965). The sociological imagination (W. Dutra, Trans.). Rio de Janeiro: Zahar. (Obra original publicada em 1959).

Muggah, R. & Pellegrino, A. P. (2020). Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise que funciona (p.30). Recuperado em 28 de setembro, 2020, de https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/02/youth_violence.pdf

Organização das Nações Unidas (2019). Relatório de desenvolvimento humano 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York. Recuperado em 12 de setembro, 2020, de https://www.cnedu.pt/content/noticias/internacional/hdr_2019_pt.pdf

Souza, H., & Rodrigues, C. (1993). A alma da fome é política (pp. 1-3). CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Série: Produção Intelectual. Fundação Getúlio Vargas. Recuperado em 27 de setembro, 2020, de

https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=FGV_HS_PI&pasta=HS%20pi%20Souza,%20H.%201993.09.12&pagfis=1682

Todos Pela Educação, & Editora Moderna (2020). Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020. São Paulo: Moderna. Recuperado em 21 de setembro, 2020, de <https://en.calemeo.com/read/002899327673357a0e974?authid=YhVHn5Pn6LzE>